

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

EMMANUEL ALLOA

Um novo TransparentoCeno?

Tradução Alexandre Brasil

zazie

zazie

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

EMMANUEL ALLOA

Um novo TransparentoCeno?

TRADUÇÃO

Alexandre Brasil

zazie



Sumário

Um novo TransparentoCeno?

9

Um novo TransparentoCeno?

O OBJETIVO DE FORMULAR um conceito mais recente e definitivo para descrever nossa era levou os observadores a se engajarem em uma corrida de apostas excessivas, inflacionárias. Entre as propostas mais ousadas, a seguinte merece atenção especial: em março de 2015, a *Scientific American* publicou um artigo intitulado “Our Transparent Future”. Nele, o neurofilósofo Daniel C. Dennett e Deb Roy, diretor do Laboratory for Social Machines do Massachusetts Institute of Technology (MIT), argumentam que esta-

mos testemunhando uma explosão de transparência.¹ Essa explosão, Dennett e Roy sugerem, deve ser entendida em suas verdadeiras implicações, o que significa considerá-la na escala de uma nova era geológica. A transparência, assim percebida, não representaria tanto uma demanda social, atualmente expressa em contextos públicos e corporativos, mas um dos principais limites no desenvolvimento das formas de vida coletivas. Como tal, afirmam os autores, ela deve ser comparada à revolução cambriana. Sem dúvida, dificilmente seria possível imaginar afirmação mais exagerada. Como lembram os autores, mais de meio bilhão de anos atrás, ocorreu um grande evento em termos de história geológica. O Período Cambriano representa uma explosão evolutiva espetacular, sem dúvida a mais importante na história da vida na Terra: dentro de um

¹ Daniel C. Dennett e Deb Roy. “Our Transparent Future”. *Scientific American*, v. 312, n. 3, 2015, pp. 64-9.

instante geológico, todas as formas importantes de vida emergiram, com novos órgãos corporais, estruturas fisiológicas e estratégias predatórias. Uma explicação bastante difundida para essa explosão evolutiva, que transformou irrevogavelmente a biosfera, é que, dentro de um período relativamente curto, ocorrera uma explosão de transparência. De acordo com a chamada hipótese de Andrew Parker, há cerca de 543 milhões de anos, a química dos oceanos e da atmosfera sofreu mudanças repentinas cuja consequência foi eles terem ficado muito mais transparentes. Isótopos de carbono mais leves logo substituíram os mais pesados, a luz inundou as zonas aquáticas, e a visão tornou-se possível pela primeira vez. De repente, foi imensamente benéfico ter órgãos de visão para enxergar presas ou predadores a distância, e animais equipados com olhos ganharam rapidamente vantagem sobre outros organismos. Essa faixa de percepção, então re-

cém-expandida, privilegiou os sentidos distais em detrimento dos proximais, e um processo drástico de seleção natural solidificou a nova hierarquia. Consistente com a hipótese de Parker, a nova transparência dos oceanos galvanizou o surgimento de retinas em estilo de câmara, as quais, por sua vez, impulsionaram o surgimento de novas partes do corpo para defesa, enquanto os sistemas nervosos evoluíam paralelamente ao desenvolvimento de novos comportamentos predatórios, que levaram a novos métodos de evasão, mimetismo e camuflagem. As velhas táticas de obter informação (ou desinformação) deixaram de funcionar, e os organismos não capazes de se adaptar e evoluir se viram rapidamente condenados à extinção na nova era plenamente iluminada dos ambientes visíveis.

Dennett e Roy não se restringem a recordar essas hipóteses geoquímicas sobre a Era Cambriana, mas usam-nas como um molde

para suas reivindicações diretas a respeito do presente. O que os autores de “Our Transparent Future” supõem é que, à beira do século 21, testemunhamos uma explosão de transparência que pode ser tão importante, na escala da vida geológica, quanto a cambriana. Velhas atitudes já não são suficientes em um mundo de transparência universalizada e generalizada: indivíduos e entidades corporativas estão agora expostos ao escrutínio geral, para o melhor e para o pior, enquanto a transparência de informação gerada pela tecnologia eletrônica modificou drasticamente o ambiente epistemológico em que vivemos, impactando noções como conhecimento, crença, ilusão ou confiança. Dennett e Roy apresentam uma leitura radicalmente darwiniana dessas mudanças:

A tremenda mudança em nosso mundo, desencadeada por essa inundação da mídia, pode ser resumida em uma palavra: trans-

*parência. Agora podemos ver mais, mais depressa e mais barato e fácil do que nunca – e podemos ser vistos. Você e eu podemos ver que todos podem ver o que vemos, como numa sala de espelhos de conhecimento mútuo que tanto facilita quanto atrapalha. O velho jogo de esconde-esconde que moldou toda a vida no planeta subitamente mudou de campo, equipamento e regras. Os jogadores que não se adaptarem não durarão muito.*²

Os dois autores não usam a expressão, mas, se alegação similar ainda não houvesse sido feita para o Período Cambriano, poderíamos ser persuadidos a acreditar que Dennett e Roy estavam de fato sugerindo renomear nossa era atual em termos de *transparentoceno* geológico. Subitamente, é como se tivéssemos saltado para adiante: não mais uma demanda normativa para alcançar um futuro diferente, a trans-

² Dennett e Roy. Op. cit., pp. 66-7.

parência representaria agora um estágio já alcançado ou prestes a ser alcançado. De acordo com essa imagem, a transparência representa um incontestável novo estado de coisas, como a nova característica geral de uma era inteira, uma era de reciprocidade e exposição irrestrita. Por mais ousadas que possam parecer, as postulações de Dennett e Roy ecoam em várias descrições contemporâneas. Nesse momento, todo segredo será, se não completamente dissipado, ao menos drasticamente minimizado em seu tempo de existência. Como ex-conselheiro sênior da National Security Agency (NSA), Joel Brenner eventualmente declarou: aquelas coisas que são mantidas em segredo não ficarão em segredo por muito tempo. O objetivo real em segurança agora é retardar a degradação do tempo de vida útil dos segredos.

De fato, os documentos vazados por Edward Snowden e as atuais revelações da Wikileaks tiveram o efeito não apenas de di-

vulgar o grau a que os cidadãos em todo o mundo estão expostos à vigilância em massa – o Prism, programa secreto da NSA dos Estados Unidos, é apenas um entre muitos –, mas também de mostrar como as próprias tecnologias de vigilância deixam vestígios que podem ser usados e difundidos pelos atores da contravigilância. *Quis custodiet ipsos custodes* pode ser a questão do nosso tempo: quem vigia os vigilantes? Além do clássico direito de saber, muitas vozes se levantam para exigir um direito de saber sobre quem sabe. As iniciativas de transparência florescem em vários contextos – governança pública, transações financeiras, indústrias extrativas, cadeias alimentares, produção farmacêutica, competições esportivas mundiais, e assim por diante – de forma a prover um arcabouço legal para as atuais práticas de vigilância. Significativamente, algumas delas se concentram em tornar visível certa percepção. Por exemplo, quando a Global

Witness cita algo que foi visto por um informante local, ou quando a Transparência Internacional publica no seu relatório anual o índice de percepção de corrupção, a ênfase, aqui, não repousa nos dados objetivos e hipotecáveis que se pretendem impermeáveis à corrupção, mas em um conjunto de percepções que, por sua vez, é produzido para ser compartilhado com o público internacional. Tornar as percepções visíveis (de fato, tornando-as perceptíveis) e aumentar sua disponibilidade parecem ser o mecanismo interno dessas iniciativas, que chegam a ser denominadas técnicas civilizadoras. Ao sujeitar tais coisas à avidez do olhar público, o objetivo é forçar as instituições a praticar um autocontrole. Ainda assim, seria ingênuo limitar as iniciativas de transparência à sociedade civil e organizações não governamentais, já que – e até agora Roy e Dennett parecem estar certos – governos e entidades corporativas estão cada vez mais sob pressão para implementar

padrões de transparência, bem como divulgar os próprios relatórios de transparência. De padrões abrangentes de transparência, como a Transparency Directive (TD), da União Europeia, a iniciativas individuais assumidas por empresas, declarando que passarão a publicar relatórios anuais de transparência, numerosos indicadores convergem a ponto de se considerar o sigilo algo do passado. Essa demanda geral se estende às agências de informações: desde 2016, a Lei da Liberdade dos Estados Unidos exige que a própria NSA comece a publicar seu relatório de transparência.

Se uma agência cujas ações, por definição, devem ser secretas de repente passa a ser compelida a divulgar detalhes sobre suas ações, Dennett e Roy estão comprovadamente corretos. Em vez de continuar a debater o conteúdo *normativo* das reivindicações de transparência, dever-se-ia admitir que tais reivindicações merecem uma abordagem descritiva: passemos de

julgamentos de valor aos fatos. Contestar que as regras do jogo mudaram seria tão fútil quanto refutar a realidade da biologia evolutiva: é esse, essencialmente, o ponto de vista naturalizado assumido pelos dois autores. No entanto, essa confiança é equivocada, e resta ver o que estamos reivindicando precisamente ao afirmar que a modernidade sofreu uma explosão de transparência. Sem dúvida, essa maneira de narrar a história não faz justiça à ambivalência do conceito. Do mesmo modo que alguns puderam dizer que nunca fomos modernos,³ também é possível argumentar que nunca fomos transparentes. Assim como a percepção da modernidade oscila entre uma era agora inteiramente no passado e um projeto que ainda está em andamento, a transparência oscila permanentemen-

³ Bruno Latour. *We Have Never Been Modern*. Trad. Catherine Porter. Cambridge: Harvard University Press, 1993. [Ed. bras.: *Nunca fomos modernos: ensaio de antropologia sintética*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1994.]

te entre um estado e um requisito futuro, uma impressão óptica e uma promessa metafórica, que a torna um conceito denso (*thick concept*) que não pode ser simplificado como puramente descritivo ou prescritivo. Assim, faz pouco sentido falar de uma explosão de transparência na modernidade; antes, modernidade é apenas um nome para essa explosão. Por conseguinte, estudar os efeitos discursivos da transparência pode lançar luz sobre o próprio projeto inerente à modernidade.

UM CONCEITO MÁGICO

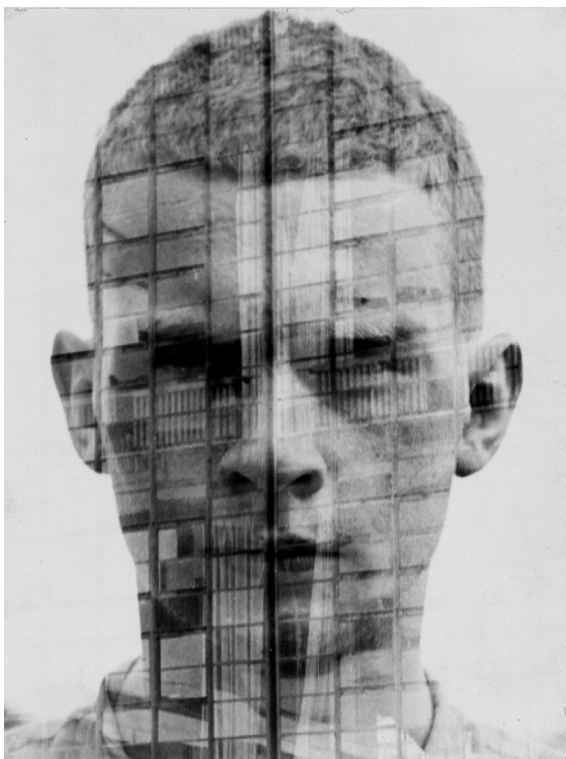
Na década de 1920, durante a República de Weimar, Walter Benjamin associava transparência à moderna arquitetura de vidro. Ao contrário do *intérieur* burguês do século 19, sobrecarregado e altamente personalizado, afirmava Benjamin, o vidro é um material de construção

fundamentalmente anônimo, porque não pode ser personalizado. Como ele explica, artistas progressistas recorreram ao vidro para criar espaços transitórios, dos quais ninguém poderia se apropriar. Com base nos conselhos de Bertolt Brecht – “Apaguem os traços.” – aos moradores das cidades modernas, Benjamin acreditava que o vidro seria o material que permitiria o apagamento de traços. Pouco menos de um século depois, a transparência se transformou completamente, e agora representa uma rastreabilidade abrangente e que tudo abarca. A previsão de Benjamin, “*Kommt steht im Zeichen der Transparenz*” (“O que está por vir será dominado pela transparência”)⁴ se referia principalmente à nova arquitetura, mas ressoa de maneira diferente hoje. De certo modo, a história provou que ele

⁴Walter Benjamin. “The Return of the Flâneur”. Trad. Rodney Livingstone. In: Michael W. Jennings, Howard Eiland e Gary Smith (org.). *Selected Writings*, v. 2, Parte 1: 1927-1930, pp. 262-7. Cambridge: Belknap, 2005 [1929], p. 264.

estava certo, embora provavelmente em um sentido muito diferente do que teria imaginado.⁵ Ao mesmo tempo que Benjamin fazia suas previsões sobre a transparência que estava por vir, o professor, designer e fotógrafo da Bauhaus Hajo Rose criava um autorretrato que foi lido como prenúncio sombrio de uma era de total exposição e vigilância tecnológica. De fato, a cada clique, a cada toque de tecla, a cada toque em um tablet, pagamento com cartão, pesquisa no Google, autoescaneamento em supermercados ou likes no Facebook, e – graças à tecnologia de identificação por radiofrequência (RFID, na sigla em inglês) – a todo e qualquer movimento, nossas vidas estão sendo gravadas.

⁵ A respeito da previsão benjaminiana, cf. Emmanuel Alloa. “What Is About to Come Will Be Dominated by Transparency: On Glass Architecture and Modernism’s Ambivalent Legacy”. In: Simone e Thomas Thiel (org.). *Transparencies: The Ambivalence of a New Visibility*. Bielefeld/Nuremberg/Berlin: Bielefelder Kunstverein/Kunstverein Nürnberg/Kulturstiftung des Bundes, 2016, pp. 76-9.



Autorretrato de Hajo Rose, Sem título (Autorretrato com fachada de Dessau), 1931.

As rotinas diárias mais mezinhas deixam rastros digitais: atender a uma ligação telefônica, sacar dinheiro no caixa eletrônico, consultar a internet, fazer compras no supermercado, postar fotos no Instagram, tuitar, conferir um livro com o cartão da biblioteca, ler um e-book no tablet, entrar em uma área equipada com wi-fi, atualizar registros médicos eletrônicos do paciente, passar um cartão-presente, usar transporte público, pegar o elevador, entrar em edifícios com um crachá de segurança, ser marcado em fotografias tiradas por amigos, e assim por diante – o perfil de nosso eu digital pode, de maneira estranha o suficiente, ser mais detalhado agora que nosso perfil físico. A tal ponto, de fato, que esses dados são hoje muito usados e comercializados por empregadores, agências de classificação de crédito e companhias de seguros, a fim de melhor formar a visão acerca de seus usuários. Velocidade de digitação, hábitos de navegação e padrões

de pesquisa são agregadores poderosos para prever, com um grau surpreendentemente alto de precisão, nosso gênero, idade, campo profissional, orientação política e outras categorias demográficas. Com certeza, como David Lyon enfatizou: “os códigos pelos quais pessoas e grupos são categorizados raramente estão sob escrutínio público [...] e, no entanto, têm enorme potencial e consequências reais para as oportunidades de vida e as escolhas feitas por cidadãos comuns”.⁶ Ações tais como a forma de nos expressarmos, as preocupações que compartilhamos e as marchas de protesto de que participamos podem ser de grande interesse para os governos. Motores de busca, cookies de sites, passaportes biométricos, dispositivos conectados, contas de música on-line, aplica-

⁶ David Lyon. “Surveillance, Power and Everyday Life”. In: Chrisanthi Avgerou, Robin Mansell, Danny Quah e Roger Silverstone (org.). *The Oxford Handbook of Information and Communication Technologies*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 465.

tivos de monitoramento de frequência cardíaca, ingressos de cinema e cartões de fidelidade a certas marcas geram dados sobre nós que, se compilados, possibilitam a construção de um perfil altamente detalhado de quem somos e do que fazemos, de nossas orientações, preferências e indiferenças, aberrações adolescentes, nossos interesses subconscientes, prazeres culpados, posições políticas ou problemas de saúde. Enormes conjuntos de dados sobre nós são armazenados em servidores remotos e alimentados incessantemente; com o tempo, eles podem ser de grande interesse tanto para agências governamentais quanto para atores comerciais, inaugurando novos regimes de governamentalidade algorítmica.⁷

⁷ Antoinette Rouvroy e Thomas Berns. “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?”. *EcoPós*, v. 18, n. 2, 2015, pp. 35-56.

As revelações sobre até que ponto os cidadãos são espionados ao redor do mundo criaram um estado de alvoroço permanente. No entanto, quando se toma consciência da evidência de exposição geral, a principal resposta tem sido homeopática: é preciso ser transparente até o ponto em que estamos sendo transparentes, (má) transparência só pode ser curada por mais transparência – em outras palavras, a transparência ainda é parcial demais porque é unilateral. Poucos atores pediram opacidade irrestrita, e advogar estratégias de ofuscação vem tendo como objetivo principal reequilibrar uma situação de assimetria em que se encontram os cidadãos observados. Apesar de exigir mais transparência de ambos os lados, dificilmente o próprio conceito de transparência foi questionado, e esse fato é bastante revelador. Parece que ninguém se arriscaria a ponto de pôr a própria promessa de transparência em questão. Que alguém possa ser contra uma transparên-

cia ruim é consenso, mas combater a transparência em geral seria um empreendimento fadado à total perda de apoio. Novas tecnologias, como pagamentos por *blockchain*, desenvolvidas por ativistas da rede, inicialmente podem se apresentar como criptográficas, mas buscam, na verdade, criar uma comunicação transparente a partir de conexões de ponta a ponta: todos os usuários têm acesso completo a todas as partes da cadeia, sem nenhuma necessidade de autoridades externas ou serviços de terceiros. Com transações em *blockchain*, a confiança se torna um valor do passado, a partir de agora sob a promessa de transações ponta a ponta totalmente transparentes.

Embora seja possível encontrar exceções notáveis (vê-se hoje o surgimento de novos estudos críticos sobre transparência),⁸ muitos

⁸ Para uma visão geral desses estudos, cf. Emmanuel Alloa e Yves Citton (org.). “Tyrannies de la transparence”. *Multitudes*, n. 73, inverno, 2018, dossiê especial.

observadores destacam que, de forma geral, a transparência ainda constitui uma norma amplamente consensual. Ela tornou-se um ideal dado por garantido e uma explicação de como a sociedade e suas organizações devem funcionar,⁹ ou, como afirma Thierry Libaert, a transparência se desenvolveu como a ideologia inescapável de nosso tempo.¹⁰ Não é coincidência que, em meio a um discurso público obcecado com soluções para problemas, essa ideologia aponte para a superação de conflitos a partir de um modelo único de retificação pela transparência (*transparency fix*).¹¹ De fato, a transparência parece compartilhar pro-

⁹ Lars Thøger Christensen e Joep Cornelissen. “Organizational Transparency as Myth and Metaphor”. *European Journal of Social Theory*, v. 18, n. 2, 2015, p. 133.

¹⁰ Thierry Libaert. *La Transparence en trompe-l’œil*. Paris: Descartes & Cie, 2003, p. 13.

¹¹ Mark Fenster. *The Transparency Fix. Secrets, Leaks, and Uncontrollable Government Information*. Stanford: Stanford University Press, 2017.

priedades com os chamados conceitos mágicos. Os cientistas políticos Christopher Pollitt e Peter Hupe adotaram esse rótulo para qualificar conceitos imbuídos de uma aura mágica, que prometem resolver os principais dilemas encarados pela sociedade.¹² Eis alguns recursos característicos que definem esses conceitos mágicos: alto grau de abstração, carga normativa fortemente positiva, aparente capacidade de dissolver dilemas anteriores e mobilidade por meio de domínios distintos, o que dá a eles seu caráter *mágico*.¹³ Todos esses conceitos mágicos têm em comum uma conotação extremamente positiva que, como resultado, torna extremamente difícil assumir qualquer posição contra eles. Por outro lado, conceitos mágicos – como os de governança, redes,

¹² Christopher Pollitt e Peter Hupe. “Talking about Government: The Role of Magic Concepts”. *Public Management Review*, n. 13, 2011, pp. 641-58.

¹³ Ibidem, p. 641.

participação, responsabilidade, criatividade ou inovação – são poderosos enquanto trabalham dentro de uma certa imprecisão semântica e, assim, são usados de maneira superficial, como palavras de ordem que produzem um curto-circuito na reflexão ou no debate real. Como Pollitt e Hupe mostram, conceitos mágicos são igualmente atraentes para pesquisadores e profissionais. Em última instância, eles *não* reconciliam as doutrinas e os provérbios de oposição, que gerações anteriores de estudiosos da administração pública documentaram minuciosamente e discutiram. Em vez disso, colocam-se acima dessas instâncias – em um nível superior de abstração – ou, caso se prefira, evitam-nas.¹⁴

A transparência, sem dúvida, alcançou o status de conceito mágico, uma vez que atende aos seguintes requisitos principais: ela tem *amplitude* (abrangendo domínios vastos, com múltiplas sobreposições e definições às vezes

¹⁴ Ibidem, p. 653.

conflituosas); tem *atratividade normativa* (isso pode ser atribuído à sua conotação positiva); tem *implicação de consenso* (diluindo, obscurecendo ou mesmo negando inquietações tradicionais das ciências sociais como conflitos de interesses e lógicas); e, por último, mas não menos importante, ela pode ser *vendida globalmente* (ao ser bem conhecida e estar em voga entre os mais diversos públicos). Em outras palavras: é extremamente difícil se posicionar contra a transparência. Pesquisas em vários contextos (político, financeiro, em redes sociais, nas humanidades) geralmente confirmam um consenso em torno dos valores de transparência: ela não tem antônimo exato, ou seja, não tem um contraconceito exato que cobriria negativamente todos os seus significados. Ao contrário, parece que a transparência, com sua maleabilidade, aplainou toda forma de negatividade e de algum modo a absorveu completamente.

Hoje, em geral, transparência significa otimização e futurismo. Se o clamor por esse esforço na criação de indivíduos vítreos permanece mudo, isso ocorre porque as mesmas tecnologias que servem à transparência também possibilitam uma vida pública sobre a qual o usuário acredita ter controle. Estados e empresas não são os únicos a publicar relatórios de transparência. Corredores matinais de domingo, com relógios inteligentes que transmitem seus batimentos cardíacos para seus perfis no Facebook, orgulham-se de ter uma comunidade on-line que atua essencialmente como seu superego. O chamado movimento dos *selfs* quantificados se coloca como uma promessa de relacionamento racional mais lúcido consigo mesmo, para um sujeito que sabe fazer o melhor de si mesmo. Enquanto Emmanuel Kant resistiu à necessidade de divulgar qualquer decisão antes de ela ser apresentada ao tribunal da razão, agora vidas se

tornam públicas na íntegra e sem qualquer outra opção. Numa época caracterizada pela expressividade, por um fluxo constante de dados em todas as escalas – um equivalente liberal à *glasnost* prometida por Gorbachev –, o sujeito digital pode demandar atenção e, dessa maneira, uma promessa de existência integral e sem restrições. Por conseguinte, a transparência tornou-se a garantia de moralidade tanto para as instituições quanto para os sujeitos. As conotações ligadas a ela são quase exclusivamente positivas: a transparência é considerada imparcial, neutra, democrática e progressista. Como tal, ela promete estabilidade.

UM CAMPO EMERGENTE – MAS SEM AS LENTES DE INVESTIGAÇÃO

A agitação do momento e o amplo consenso em torno do conceito de transparência ocultam o fato

de que seu significado está longe de ser claro. Ela é uma qualidade? Um estado? Um processo? O que queremos dizer quando usamos esse termo? Dada sua onipresença, é significativo ver que poucas pesquisas foram realizadas a seu respeito, sobre as raízes históricas do conceito, seu emprego real e suas implicações. É certo que, assim como aqueles que formulam políticas públicas reconhecem a importância da questão, a academia está cada vez mais voltada para os problemas da transparência. Além de numerosas publicações abordando-a em áreas mais importantes, como finanças, legislação, governança pública, política tributária e tecnologia, a pesquisa acadêmica já começou a se organizar, com antologias¹⁵ ou mesmo com o primeiro manual de pesquisa sobre ela, o *Research Handbook on Transparency*.¹⁶ A recente criação de

¹⁵ Suzanne J. Piotrowski (org.). *Transparency and Secrecy. A Reader Linking Literature and Contemporary Debate*. Plymouth: Lexington Books, 2010.

¹⁶ Padideh Ala'I e Robert G. Vaughn. *Research Handbook on Transparency*. Cheltenham/Northampton: Elgar Pu-

uma rede de pesquisas, a International Transparency and Secrecy Research Network, e conferências anuais, como as Global Conferencies on Transparency Research, parecem confirmar que estamos realmente na presença de um campo emergente.¹⁷ Ainda assim, deve-se notar que, exceto por um grupo de estudiosos reunidos sob a égide dos estudos críticos a respeito da transparência (os Critical Transparency Studies, com Clare Birchall,¹⁸ Hansen e colaboradores),¹⁹ a pesquisa acadêmica quase nunca se envolve criticamente quando se trata de seu conceito unificador. Embora todas essas publicações apresentem a noção de transparência no tí-

blishing, 2014.

¹⁷ Norbert Götz e Carl Marklund (org.). *The Paradox of Openness: Transparency and Participation in Nordic Cultures of Consensus*. Leiden: Brill, 2015, p. 242.

¹⁸ Clare Birchall. “Radical Transparency?”. *Cultural Studies* ↔ *Critical Methodologies*, v. 14, n. 1, 2014, pp. 77-88.

¹⁹ Hans Krause Hansen, Lars Thøger Christensen e Mikkel Flyverbom. “Introduction – Logics of Transparency in Late Modernity: Paradoxes, Mediation and Governance”. *European Journal of Social Theory*, v. 18, n. 2, 2015, pp. 117-31.

tulo, elas raramente refletem sobre a lógica específica de seu objeto. A pesquisa nessa área, desse modo, é uma pesquisa *através da* transparência, e não *sobre a* transparência. De modo geral, ela parece mais ser um conceito *operativo* que uma noção que tenha sido *tematizada* em seu próprio benefício. Como Mark Fenster adequadamente resumizou, a transparência se encontra em busca de uma teoria.²⁰

A lucidez prometida pelo conceito é inversamente proporcional à sua clareza semântica. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de que a busca pela transparência foi adotada por uma variedade extraordinariamente ampla de atores políticos em um período brevíssimo.²¹ De fato, análises semânticas em larga escala confirmam que a menção à noção de transparência em documentos públicos disparou nas últimas duas

²⁰ Mark Fenster. "Transparency in Search of a Theory". *European Journal of Social Theory*, v. 18, n. 2, 2015, pp. 150-67.

²¹ Jonathan Fox. "The Uncertain Relationship Between Transparency and Accountability". *Development in Practice*, v. 17, n. 4-5, 2007, pp. 663-71.

décadas. Isso, no entanto, não deveria impedir suposições anódinas sobre a ramificada história e adoção da transparência. Christopher Hood forneceu um primeiro esboço em direção a uma história do conceito político de transparência, que liga a noção contemporânea a suas fontes na era do Iluminismo e até à filosofia grega.²² Essa visão preliminar destaca a dificuldade extraordinária de rastrear a genealogia do conceito, pois qualquer tentativa difrata imediatamente a transparência em uma variedade de significados distintos e concorrentes, com implicações às vezes irreconciliáveis, que oscilam arbitrariamente entre significados políticos e estéticos.²³ De fato, a estabilidade, a clareza

²² Christopher Hood. “Transparency in Historical Perspective”. In: Christopher Hood e David Heald (org.). *Transparency: The Key to Better Governance?*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 1-23.

²³ Emmanuel Alloa e Sara Guidani (org.). “La Transparence: esthétique et politique”. *Appareil*, n. 7, Paris: Maison des Sciences de l’Homme Paris Nord, edição especial, 2011.

e a fiabilidade que o conceito de transparência produz contrastam fortemente com seus fundamentos históricos obscuros.

A transparência tem sido associada a diferentes aspirações em diferentes contextos. Na realidade, as expectativas ligadas à transparência são multifacetadas.

1. Transparência como *acessibilidade*: garante acesso informativo a todos os cidadãos e implementa um direito de saber.
2. Transparência como *equidade processual*: salvaguarda o devido processo para todas as partes envolvidas.
3. Transparência como *prestação de contas* (*accountability*): produz nas partes interessadas, quando elas tomam decisões disponíveis para o público, um senso aguçado de responsabilidade e melhor prestação de contas.
4. Transparência como *redução de assimetria*: atua contra práticas de sigilo que conferem a

certos atores poder excessivo sobre determinados setores, tendo a divulgação a função de restabelecer o equilíbrio de poderes.

5. Transparência como *bem público*: coloca as ações sob escrutínio público, reduzindo (se não eliminando) ações orientadas por interesse próprio.

6. Transparência como *racionalização*: força os atores a fundamentarem suas ações, o que leva ao aperfeiçoamento generalizado de padrões racionais de comportamento.

7. Transparência como *produção de verdade*: ao compelir as pessoas a denunciarem, dissipa o engano, a falsidade e a dúvida.

8. Transparência como *moralização*: ao pôr tudo sob exposição permanente, força os indivíduos a agir com virtuosidade.

9. Transparência como *(auto)conhecimento*: somente alguém que conhece a si mesmo sabe no que pode confiar e como pode se explicar.

10. Transparência como *autenticidade*: somente onde nada é guardado as coisas podem ser genuínas, e os sujeitos, fiéis a si mesmos.

Progredir nessa lista significa gradualmente deixar o domínio próprio do político e avançar em direção à moral individual. Mas existe uma conexão substancial entre a demanda de transparência processual no campo político e a autotransparência moral ou epistêmica do sujeito, ou estamos simplesmente diante de um efeito homônimo? Não há nada além de uma mortíça semelhança familiar, como Wittgenstein poderia ter dito? Que tipo de jogos de linguagem são jogados por meio do discurso da transparência? A hipótese é que há realmente mais do que apenas uma vaga semelhança familiar, e que vale a pena conectar essas várias linhas para mapear uma constelação discursiva e conceitual em

que são negociadas tantas questões decisivas da modernidade.

DA TRANSPARÊNCIA À DIAFANEIDADE, E DE VOLTA

Hoje a transparência é frequentemente considerada uma demanda que tem a ver com o campo do político. Tal inflexão política da transparência, no entanto, é um fenômeno bastante tardio, pois as origens do termo se encontram na óptica. A maior parte da bibliografia moderna inicial sobre transparência preocupava-se exclusivamente com as propriedades materiais, com a transmissão da luz, os índices de refração e afins. A *Óptica* de Isaac Newton, de 1704,²⁴

²⁴ Isaac Newton. *Opticks, Or A Treatise of the Reflections, Refractions, Inflexions and Colours of Light. Also Two Treatises of the Species and Magnitude of Curvilinear Figures*, Livro I. Londres/Nova York: Dover, 1952 [1704]. [Ed. bras.: *Óptica*. Trad. A. K. T. Assis. São Paulo: Edusp, 2002.]

começa definindo seus objetos nos seguintes termos: a refrangibilidade dos raios de luz é a disposição desses raios para serem refratados ou desviados de seu caminho na passagem de um corpo ou meio transparente para outro. Na óptica de Newton, a transparência é considerada um estado mínimo de qualquer material: as menores partes de quase todos os órgãos são, de certa forma, transparentes; e a opacidade desses órgãos surge da multidão de reflexões causadas em suas partes internas.²⁵ No entanto, nem todos os cientistas naturais acreditavam que a transparência fosse um sinal de pureza, já que ver através implicava também o risco de desrespeitar os limites das coisas. Em sua *Micrographia*, de 1665, Robert Hooke queixou-se da repentina transparência das coisas geradas pelo microscópio. A luz artificial sob o vidro cria uma translucidez que não corresponde à condição natural, reclamava Hooke: a transparência da maioria

²⁵ Idem, Livro II, p. 52.

dos objetos traz muito mais dificuldades do que se eles fossem opacos.²⁶ Durante muito tempo, a transparência foi compreendida em sentido estrito e literal, de algo através do qual o olhar poderia espiar livremente. No entanto, a partir do final da década de 1590, foram registradas as primeiras ocorrências de um uso figurado de transparência e, por conseguinte, não apenas no caso de materiais; agora também situações, esquemas, argumentações ou personalidades podiam ser caracterizados como transparentes. No século 18, a franqueza se tornaria um traço de caráter moralmente louvável, indicando alguém que não mantém intenções secretas. Contudo, esse emprego metafórico, e a moralização que mais tarde ele propiciou, foi bastante lento em criar raízes na língua inglesa, bem como nas outras línguas europeias modernas.

²⁶ Robert Hooke. *Micrographia Or, Some Physiological Descriptions of Minute Bodies Made by Magnifying Glasses*. Londres: The Royal Society, 1665, p. 23.

A palavra em inglês *transparent*, que só mais tarde deu origem à noção substantivada de transparência, foi modelada a partir de seu equivalente no francês médio (*transparent/transparentz*), atestado pela primeira vez em 1370 na literatura teológica e cosmológica medieval. Ela é usada de forma intercambiável com a palavra *diaphane*, “diáfano”, e ecoa a matriz semântica encontrada nos tratados latinos dos séculos 12 e 13: *transparentes*, *transparentia*, *diaphanum*, *dyaphonum*. O acoplamento da transparência à diafaneidade acontece por uma boa razão: transparente é o equivalente literal em latim da palavra grega original *diaphanês*. O termo grego consiste em duas partes: *dia* e *phainestai*. Enquanto a última é uma das vozes de *phainô*, “aparecer”, “resplandecer”, a primeira é uma preposição que corresponde a ampla gama de funções diferentes: “através”, “em lugar de”, “passando por”, “entre” ou “por sobre”. À luz do conhecimento acadêmico atual, o au-

tor que cunhou o termo *transparentes* foi Burgúndio de Pisa, na tradução que fez, em 1165, do livro *De Natura Hominis*, de Nemésio de Emesa (na época incorretamente considerado um tratado sobre a alma),²⁷ e essa construção da palavra é legítima de uma perspectiva medieval: *trans-parens* é o melhor equivalente possível ao *dia-phanês*, já que o prefixo latino *trans* abrange a maioria das funções do *dia* grego (em expressões compostas como *transfiguratio*, *traductio*, *transactio*, *transitus*, e assim por diante, analogamente à noção de perspicácia, que se refere a “ver através”, *per-spicere*). Apenas gradualmente a noção de transparência foi alterando sua valência semântica.

Na filosofia grega clássica – e nos comentários medievais –, o primeiro significado de *diaphanês* é algo translúcido e de qualidade opalina. No *Fedro*, de Platão, Sócrates e seus seguidores fazem um passeio até as águas do

²⁷ Anca Vasiliu. *Du Diaphane*. Paris: Vrin, 1997, p. 90.

rio Ilissos, nos arredores de Atenas, que são descritas como *diaphanês* (229b); e na Cilícia do Oriente Próximo, Plínio relata detalhes sobre um rio simplesmente chamado *Diaphanês*. Em vez de transparência, *diaphanês* provavelmente seria mais bem traduzido por “translucidez”. Em outros contextos, a palavra refere-se a algo que rebrilha, por exemplo, quando se diz que o talento de um escultor é medido por sua capacidade de esculpir o busto de uma pessoa de forma que a personalidade interior brilhe (*diaphainei*).²⁸ Essas passagens já enfatizam a importância do “através”: o prefixo *dia* não tem significado unicamente espacial, como um obstáculo que seria atravessado pelo olhar, mas também causal, como o instrumento por meio do qual algo aparece. (A Antiguidade tardia estava de fato muito ciente dessa dimensão causal: no início do sexto século da contagem cristã, quando Boécio teve de encontrar um

²⁸ Xenofonte, *Memorabilia*, Livro III. 10, 5.

equivalente para a ciência grega da óptica [*optikê technê*], ele cunhou a expressão “perspectiva”, de forma bastante literal, a arte de olhar através na qual o prefixo *per* representa tanto o aspecto espacial quanto o causal.) Esse elemento duplo do diáfano é algo que Aristóteles explorará de forma crucial na teoria da percepção, transformando uma expressão cotidiana em conceito filosófico.

Para entender a complexa história da transparência e suas fontes pré-modernas, é necessário focalizar o passo decisivo empreendido por Aristóteles. Ele foi de fato o responsável por transformar, para os fins de sua teoria da percepção da mídia, um adjetivo comumente usado, até Platão, em uma ideia conceitual, ao converter o que era apenas um adjetivo (*diaphanês*) em substantivo (*to diaphanês*). A elaborada teoria aristotélica só pode ser esboçada aqui.²⁹ Ao contrário de considerações anterior-

²⁹ Para uma reconstrução detalhada, bem como para o histó-

res acerca da percepção, como as doutrinas atomistas, Aristóteles não acredita que ela seja um processo não mediado. Já nos primeiros contornos de seu *Tratado sobre a alma* (*Peri psychês, De anima*), toda percepção sensorial ocorre em um elemento, tal como o ar ou a água, e esses elementos têm certas características que lhes permitem operar como intermediários sensíveis. Como tal, o ar pode servir de meio para a audição, o olfato e a visão, enquanto a água é apenas um meio para a visão. Ora, a sensação ocorre não tanto *em* um ambiente, mas sim *através* dele, *dia*. O que quer que apareça (*phainetai*) na percepção sensorial, aparece *através de* (*dia*) algo outro, o que faz com que alguma coisa apareça não tanto em si, mas, ao contrário, permite que outro algo apareça. No caso da visão, qualquer elemento que produza essa qualidade será chamado de diáfano, na medida

rico da recepção do conceito de diáfano, cf. Vasiliu. Op. cit.; Alloa e Guidani. Op. cit.

em que, por um lado, deixa o olhar passar (*dia*) e, por outro, gera ou traz (*dia*) o objeto visível pelo olhar. Em resumo, a *diafanidade* abrange dois aspectos.

1. *Translucidez*: a qualidade permeável de um meio que (espacialmente) deixa a visão atravessar.
2. *Generatividade*: a qualidade produtiva de um meio que (causalmente) permite que algo passe a ser visto.

Como pode ser facilmente presumido, o aspecto de generatividade depende significativamente do aspecto de translucidez: para deixar algo (mais) vir à tona, um meio diáfano deve desviar a atenção de si mesmo, anestesiarse e retroceder ao segundo plano. No entanto, um meio assim neutralizado e inconspícuo não deve ser confundido com ausência de mediação; se o meio se encontra em remissão, é por-

que a partir dessa posição ele cumpre melhor sua tarefa. No máximo, ocasionalmente, o meio fulgura na tela das aparências que ajuda a conformar. Nesses casos, ele surge através, da mesma maneira que alguém pode sentir a presença do vento ao ver uma bandeira tremulando, já que a massa de ar é perceptível apenas pelos efeitos que ela induz.

Seguindo uma distinção clássica estabelecida na fenomenologia, pode-se dizer que o meio diáfano é operativo, ainda que não temático: a operação consiste precisamente em estabelecer um senso de não mediação, como se o contato fosse com a coisa em si, que aparece, por assim dizer, no modo de imediatismo mediado. Quando Burgúndio de Pisa traduz, do grego para o latim, “to diaphanês” por “transparens”, no século 12, ambos os aspectos – o translúcido e o generativo –, pelo menos em princípio, são preservados. Somente com o passar do tempo o conceito de transpa-

rência se afastará do sentido gerador e causal e passará a significar algo imediato, puro e não corrompido. Tanto a *trans* – o movimento, a transferência, a passagem – quanto a *parência* – o vir a ser visto – foram descartadas em benefício da imediatez, de um *datum* puro. No entanto, isso significa esquecer que estabelecer uma transparência entre duas coisas e realizar uma congruência entre elas supõe uma distinção inicial. Instituir um relacionamento transparente consiste, tomando emprestada a expressão de Nietzsche, na identificação do que não era idêntico (*Gleichsetzen des Nicht-gleichen*). A diafanidade traz uma reminiscência desse fato através de seu prefixo *dia*, que está relacionado à raiz *dis*, ou seja, dualidade ou divergência.

Dito de outro modo, remontar à historicidade dos requisitos da transparência mostra como ela sempre implica que uma instância é tornada transparente com ou para outra; ou

seja, a transparência sempre implica estarmos na presença de mais de uma coisa. Onde há efeitos de transparência, lidamos com uma situação de não identidade, e, portanto, uma situação em que algo se encontra em desalinho consigo mesmo. Consequentemente, a transparência nunca é dada – esta seria a lição de Aristóteles –, mas é o resultado de uma operação específica, que tem um custo. No entanto, é isso precisamente o que os regimes de transparência negam: em tais regimes, o que é da ordem dos efeitos se apresenta como fato não interpretado. No entanto, se a transparência existe apenas como produção, só pode haver transparência onde as operações de fabricação são negadas ou invisíveis, assim como a vidraça só funciona se alguém vê através do vidro, e não o vidro em si. Ao olhar para a vidraça, notaríamos que ela tem um quadro e que se destina a oferecer somente uma visão em uma seção específica do mundo exterior. É lamen-

tável que os efeitos de enquadramento – amplamente discutidos em psicologia e economia – não sejam abordados da maneira adequada no campo dos estudos da transparência, por mais que objetos transparentes tendam a aparecer em determinados tamanhos e a ter suas margens definidas. A transparência simboliza um meio sem qualidades, um significante cultural que representa a ausência de qualquer forma de intervenção simbólica ou não simbólica. É como uma mise-en-scène cujo espetáculo consiste em encenar a ausência de qualquer mise-en-scène. O sonho da transparência, como Manfred Schneider o caracterizou de forma pungente,³⁰ poderia, portanto, reivindicar muitas coisas, exceto uma: ser um sonho lúcido; os sonhadores que o sonham quase nunca percebem a natureza onírica de suas aspirações.

³⁰ Manfred Franck. *Transparenztraum. Literatur, Politik, Medien*, Berlim: Matthes & Seitz, 2013.

INTERNA E EXTERNA: PSICOGENÉTICA E TRANSPARÊNCIA SOCIOGENÉTICA

O que fazer com essas observações sobre a história do conceito de transparência? Para entender melhor suas implicações, precisamos voltar à presente situação. A modernidade tardia é definida por um afrouxamento de grandes narrativas e uma quebra das ideologias vinculatórias. Depois do fim da Guerra Fria, o mundo ocidental se apresenta como fundamentalmente pós-ideológico. Talvez não seja um acidente, portanto, o fato de que, entre todos os conceitos brilhantes do panteão do Iluminismo, a transparência tenha sido escolhida como a menos controversa e mais amplamente aceitável. No entanto, se a transparência vem se tornando o ideal dominante de uma época que se considera pós-ideológica, é exatamente essa afirmativa que cabe ser interrogada. Dian-

te da neutralidade autoasseverada em relação às ideologias da modernidade tardia, torna-se cada vez mais importante analisar a transparência daquilo mesmo que ela pretende ser: uma ideologia de neutralidade. É importante saber como, entre as inúmeras demandas normativas relevantes que a modernidade herdou do Iluminismo, foi justamente a transparência que sobreviveu, quase incólume, a todas as autocríticas da modernidade.

O que se pode observar, à luz da história da ideia, acerca de uma tradução da noção grega do diáfano para as primeiras teorias modernas da visão é como a metamorfização do conceito viu-se imediatamente sujeita a uma autoilusão. O uso metafórico e derivativo de transparência, aquele que permitiu, sobretudo a partir do século 18, que ela fosse usada como conceito normativo para intervir no campo da moral e contra as autoridades políticas, baseava-se essencialmente em se fazer parecer com algo literal e

não metafórico: o *trans* ficou reservado às falsas representações e às farsas, enquanto as próprias aparências se tornavam suspeitas. Contra o jogo de máscaras e papéis, a transparência passou a indicar, progressivamente, uma demanda por abertura e por não mediação. Onde quer que atores ou forças externas sejam capazes de interferir, a objetividade do processo é posta em questão. Assim como o meio transparente teve de negar qualquer responsabilidade ao meio operacional, o processo agora se apresenta como inerentemente autodirigível, uma vez que qualquer indício de uma potencial intervenção estigmatizaria o procedimento como tendencioso.

Ninguém encarna essa mudança de paradigma melhor que Jean-Jacques Rousseau, cuja obsessão pela transparência é bem conhecida, não menos por causa do influente *Transparency and Obstruction*, de Starobinski.³¹ Os

³¹ Jean Starobinski. *Jean Jacques Rousseau: la transparence et l'obstacle*. Paris: Gallimard, 1976.

escritos de Rousseau são totalmente impregnados, como Starobinski mostrou, pelo ideal de se alcançar uma transparência intra e intersubjetiva, uma comunicação desimpedida por almas livres de dissimulação, ideal concebido como o paraíso da comunicação recíproca, de coração para coração.

*Em todo o curso de minha vida, pode-se notar que meu coração, transparente como cristal, nunca foi capaz de esconder por um minuto inteiro qualquer sentimento levemente animado que tenha nele se refugiado.*³²

Paradoxalmente, o tempo todo alegando que o sujeito da enunciação nunca tenha sido outra coisa senão transparente, as *Confissões*

³² Jean-Jacques Rousseau. *Les Confessions*. 4. ed. Paris: Gallimard, 1995. [Ed. bras.: *Confissões*. Trad. R. de Queiroz e J. B. Pinto. Bauru: Edipro, 2008.]

de Rousseau visam *tornar* esse mesmo sujeito transparente:

*Queria poder de algum modo tornar minha alma transparente aos olhos do leitor; e por isso procuro mostrá-la sob todos os pontos de vista, esclarecê-la em todos os dias, proceder de modo que não haja um movimento que ele não perceba; enfim, de jeito que ele possa julgar por si próprio o princípio que o produz.*³³

Mais uma vez, a tensão entre a transparência como estado original reivindicado e a transparência como um télos a ser alcançado é palpável, como se a condição não mascarada originária só pudesse ser atingida por uma operação, por uma *confissão*, um *confiteor*, que produzisse performativamente aquilo que ela empenha. Os ecos do rousseaunismo na modernidade foram

³³ Ibidem, p. 146.

numerosos, e talvez ainda mais proeminentes no existencialismo. Em uma famosa entrevista, Jean-Paul Sartre declarou seu compromisso com a transparência total como o único meio para uma sociedade autêntica:

*Eu acho que a transparência deve sempre substituir o que é secreto, e posso muito bem imaginar o dia em que dois homens não terão mais segredos um para o outro, porque ninguém terá mais segredos para ninguém, porque a vida subjetiva, bem como a vida objetiva, será completamente oferecida, dada. É impossível aceitar que entreguemos nossos corpos como fazemos enquanto mantemos nossos pensamentos ocultos, pois para mim não há diferença básica entre o corpo e a consciência.*³⁴

³⁴ Jean-Paul Sartre. "Sartre at Seventy: An Interview with Michel Contact". Trad. Paul Auster e Lydia Davis. *New York Review of Books*, 7 ago. 1975, p. 12.

Além da discussão individualizada sobre a transparência como uma técnica psicogenética, voltada tanto para dentro quanto para fora, a transparência é invocada em termos políticos, como instrumento para alcançar uma sociedade melhor, mais racional e justa. Embora surja no século 18, é principalmente no século 19 que a transparência se apresenta como uma ferramenta dos oprimidos para forçar os *arcanæ imperii* e as relações ocultas que se mantêm a portas fechadas. Em estreita conexão com a ideia de publicidade (*Öffentlichkeit*, do alemão *offen*, aberto, muito imperfeitamente traduzido como *esfera pública*) – a academia debate se as palavras são sinônimas ou devem estar separadas –, os movimentos de transparência se inclinam em direção a um tribunal público da razão, ideia central em Rousseau e na Revolução Francesa, mas também em filósofos posteriores, e em autores como John Stuart

Mill, James Madison e mais nitidamente em Jeremy Bentham.

O olho do público, afirma Bentham, torna o estadista virtuoso e o obriga a fornecer razões para cada um de seus atos.³⁵ Embora com frequência Bentham seja creditado pela formulação explícita, pela primeira vez, da demanda da transparência e, assim, da legitimidade da demanda por um direito de saber, essa definição abarca apenas meia verdade, uma vez que Bentham não sustenta apenas a ideia do público como um superintendente, mas também a de automoralização da sociedade. O famoso efeito civilizatório da publicidade (Jon Elster) pode ser visto em funcionamento no ambiente pragmatista. Bentham, que se apresentou como o Newton da legislação, quer imaginar uma concepção de lei baseada na própria natureza, e a transpa-

³⁵ Jeremy Bentham em John Bowring (org.). *The Works of Jeremy Bentham*. Nova York: Russell & Russell, v. X, 1962 [1843], p. 227.

rência, estudada extensivamente pelo autor do *Opticks*, apresenta-se como instrumento poderoso para moldar uma nova comunidade. Em seu famoso *Panopticon*, a transparência pretende representar um modo sem precedentes de se obter poderes da mente sobre a mente.³⁶ Todos os traços de punição devem ser apagados em benefício do que Bentham descreve como legislação indireta. Enquanto a antiga forma de legislação punitiva, vulgar, arrasta os homens acorrentados rumo aos propósitos da lei, o que eventualmente acaba por levar ao colapso da própria lei, a legislação indireta ou transcendental guiará os indivíduos por fios de seda entrelaçados a seus afetos, tornando-os seus para sempre.³⁷ Nem por mais

³⁶ Idem em Miran Božovič (org.). *The Panopticon Writings*. Londres: Verso Press, 1995, p. 31.

³⁷ Jeremy Bentham. *Essays on the Poor Laws*, apud Hannah Pitkin. “Slippery Bentham: Some Neglected Cracks in the Foundation of Utilitarianism”. In: Bhiku Pareth (org.). *Jeremy Bentham. Critical Assessments*. Londres/Nova York: Routledge 1993 (v. 3: Laws and Politics), pp. 534-60.

tempo a autoridade da lei se deverá impor por meio de ações de poder coercitivo, mas deveria infundir-se, por assim dizer, na mente do povo, e a obediência às leis passaria a se distinguir dificilmente do sentimento de liberdade (*On the Promulgation of the Laws*).³⁸

O *soft power* de Bentham aproxima-se não apenas das práticas contemporâneas de *nudging* (também conhecido como paternalismo liberal),³⁹ mas é também um bom exemplo

³⁸ Ibidem, p. 552.

³⁹ *Nudge* poderia ser traduzido para o português como um ligeiro empurrão ou gesto de braço que tem como objetivo afastar para o lado algo ou alguém. *Nudging* tem sido usado no contexto da arquitetura de escolhas, *design* e economia comportamental e designa formas de organização que se pautam pelo incentivo a determinados comportamentos sem, contudo, impedir ou punir outros. Na política norte-americana, em que o termo surge associado ao paternalismo liberal, as acomodações propugnadas pelas formas de *nudging* buscam conduzir os comportamentos de forma sutil, não coercitiva e levando em conta as preferências dos atores sob os quais as medidas devem ter efeito. (N. T.)

da passagem das formas de coerção externa às formas de autocontrole internalizado descritas por Michel Foucault. Quando o seu comportamento pode ser julgado pelos outros, este é o argumento, os sujeitos adaptam automaticamente sua conduta. Numa conversa com David Collins, que em 1803 planejava implementar o modelo panóptico na Austrália, Bentham deixa claro que a transparência deve ter dois lados, um interno e outro externo: uma transparência interna, entre os presos e a guarda, e uma transparência externa, uma vez que a arquitetura panóptica como um todo deveria ser compreendida pelo mundo exterior num único golpe de vista. Frequentemente criticada em estudos sobre vigilância, a unidirecionalidade dentro do panóptico representaria, portanto, apenas um primeiro passo nesse modelo social distinguido pela descompartimentalização e a permeabilidade.

TRANSPARÊNCIA COMO ABERTURA: UMA CONTRADIÇÃO?

O ideal de um sujeito transparente, caracterizado pelo autoconhecimento, pela autonomia e pela propriedade, reflete-se no ideal de uma sociedade transparente, por sua vez particularizada pela abertura e pela autogovernabilidade. O que está em jogo é se a transparência pode reivindicar a abertura que pretende produzir. Uma abertura que pode assumir várias formas e, em parte, sobrepõe-se a algumas das variedades de transparência antes listadas: uma abertura em termos de acessibilidade à informação (*ver tudo*); uma abertura em termos de sinceridade (*dizer tudo*); bem como uma abertura em termos de potencial participação e transformação (*fazer tudo*). Esses requisitos, que emergem em campos bastante distintos (epistemologia, filosofia moral, teoria da ação), confundem-se significativamente no ideal único de transparência,

embora suas próprias metáforas pareçam estar em desacordo com a abertura a ele associada: a semântica visual de *ver através* não pode ser imediatamente conectada à semântica verbal, para não mencionar a semântica da ação: afinal, as ações que ocorrem atrás de uma vidraça podem estar ao alcance do espectador, mas o acesso visual pode também exacerbar uma sensação de impotência. Frequentemente, a retórica da transparência mascara a inacessibilidade factual. Mais importante, porém, a transparência como abertura enfrenta uma contradição ontológica: ela é constativa ou transformativa? Registra fatos ou provoca mudanças?

Uma das propriedades definidoras da publicidade como *Öffentlichkeit* foi sua ênfase no caráter aberto dos processos deliberativos. Do ponto de vista do Iluminismo, os assuntos públicos precisam de decisões tomadas com base no único fato de não serem prescritas por nenhuma autoridade externa, mas sim deter-

minadas em cooperação com os afetados pelas decisões. A abertura do *Öffentlichkeit*, portanto, não se refere apenas aos olhares externos, mas à indeterminação dos procedimentos, cujo resultado deve ser imprevisível, para que o procedimento seja mais do que apenas um ritual encenado. Em outras palavras, abertura tem a ver com contingência: o curso dos eventos é inerentemente indeterminado, *as coisas poderiam ser de outra maneira*. Esse entendimento está diretamente ligado à compreensão da democracia como um processo infinito e deliberativo – como Jürgen Habermas a definiu – ou como uma democracia por vir – no sentido defendido por Jacques Derrida –, que não possui fundamento anterior ou último além de uma abertura inabalável para o que ainda está para acontecer. De toda forma, essas conceituações oferecem um padrão pelo qual avaliar as concepções atuais da demanda por transparência. Um procedimento pode ser totalmente trans-

parente? Seguramente não, se ainda está por vir, dado que o único procedimento que pode ser totalmente transparente é aquele cujo resultado já foi previamente decidido. Existe uma contradição inerente entre os dois adjetivos na demanda por procedimentos abertos e transparentes: ambos os parâmetros parecem se contradizer. Alguns autores têm argumentado que, embora não possa haver transparência *ex ante* sem se comprometer a abertura do processo, o que as legislações devem exigir é uma transparência *ex post*, que divulgue retrospectivamente os motivos que levam a determinado resultado da tomada de decisão. No entanto, é preciso ter em mente que essa transparência *ex post* é em si um ato de justificativa, uma operação que talvez modifique processos futuros.

Argumento similar pode ser utilizado para o debate sobre o melhoramento dos mercados e os requisitos da transparência de mercado. Muito antes da crise financeira de 2008, questões

análogas foram levantadas, logo após a Segunda Guerra Mundial, pelo economista austríaco Oskar Morgenstern, que viria a ser coautor de *Theory of Games and Economic Behavior*, com John von Neumann. Uma de suas proposições cruciais – que o comportamento do mercado nunca pode ser totalmente transparente –, no entanto, já havia sido apresentada em 1935, em um artigo de jornal intitulado “Previsão perfeita e equilíbrio econômico” (*Vollkommene Voraussicht und Wirtschaftliches Gleichgewicht*). Nesse texto, Morgenstern afirma que a expectativa de transparência e a estabilidade equilibrada são mutuamente exclusivas. No caso de um conhecimento completo de todos os parâmetros, incluindo o comportamento futuro de seus participantes, o mercado, em vez de seguir uma lógica mais adequada, ficaria paralisado. A razão para isso é que, no caso de previsibilidade total, os planos e ações futuras de um participante do mercado dependeriam

dos planos e ações futuras de todos os outros. Morgenstern afirma que, se essa condição fosse válida para todos os participantes do mercado, depararíamos com o seguinte paradoxo: todas as ações teriam de ser determinadas antes que pudessem ser determinadas. Ele ilustrou sua posição com o exemplo a seguir, já mencionado em sua monografia *Wirtschaftsprognose* (Previsão econômica), de 1928, extraído de um episódio famoso de Sherlock Holmes.

Sherlock Holmes, perseguido por seu oponente, Moriarty, parte para Dover. O trem para em uma estação no caminho e ele desce ali, em vez de seguir para Dover. Ele notara a presença de Moriarty na estação ferroviária e, reconhecendo sua esperteza, esperava que ele tomasse um carro especial mais rápido para alcançá-lo em Dover. A antecipação de Holmes se mostraria acertada. Mas, e se Moriarty tivesse sido ainda mais perspicaz, tives-

se estimado melhor as habilidades mentais de Holmes e previsto suas ações? Então, obviamente, ele teria viajado até a estação intermediária. Holmes, novamente, deveria calcular isso, e ele próprio decidiria seguir para Dover. Então Moriarty teria reagido diferentemente. Por conta de tanto pensamento, eles poderiam não conseguir agir de todo, ou o intelectualmente mais fraco dos dois teria se rendido ao outro na estação Victoria, já que toda a viagem, neste caso, seria desnecessária.⁴⁰

Se radicalizarmos a tese de Morgenstern, isso implicaria que a transparência total do mercado não levaria a fluidez, harmonia e comportamento racional, mas tenderia a imobilizar toda ação potencial e, finalmente, levaria ao impasse completo. Em termos menos dramáticos, o exemplo

⁴⁰ Oskar Morgenstern. *Wirtschaftsprognose. Eine Untersuchung ihrer Voraussetzungen und Möglichkeiten*. Vienna: Springer, 1928, pp. 173-4.

de Morgenstern mostra exatamente por que a esperança de um mercado completamente transparente se baseia em falsas premissas, na medida em que não leva em consideração o que a teoria social descreveu como *dupla contingência*.

Dupla contingência – conceito originalmente apresentado por Talcott Parsons e depois generalizado por Niklas Luhmann – refere-se ao fato de que sempre que uma interação comunicativa ocorre, esse ato de comunicação deve levar em conta a forma como ele será recebido, o que adiciona mais um parâmetro de incerteza: não só o sucesso do ato comunicativo é arriscado, já que o canal entre um remetente e um receptor pode ser interrompido, mas também deve ser medido de acordo com essa reação.⁴¹ Além de uma primeira caixa-preta, há uma segunda, e, para produzir certo número de razões acidentais ou não acidentais, as duas

⁴¹ Niklas Luhmann. *Social Systems*. Trad. John Bednarz e Dirk Baecker. Stanford: Stanford University Press, 1995, pp. 103-37.

caixas-pretas interagem entre si. Essa dupla contingência aponta para uma forma de dependência recíproca, em que dois comportamentos são literalmente costurados um ao outro. Em casos extremos, isso leva a um estado de paralisia, já que com duas caixas-pretas o comportamento de cada uma torna-se dependente do comportamento do outro. O próprio comportamento do mercado se baseia sempre em alguma assimetria de informação, mas essa observação pode ser generalizada para além do âmbito dos mercados, uma vez que, no sentido freudiano, a civilização também se apoia em formas de autorrestrição e ocultação, e ruiria se as pessoas pudessem ler a mente umas das outras. Assim, embora a transparência tenha agora substituído amplamente as noções de publicidade e *Öffentlichkeit*, parece improvável que o conceito mais recente possa abranger todos os aspectos daqueles mais antigos. Contudo, em grande medida, é exatamente isso o que tem acontecido.

ESCLARECIMENTO DE QUEM?

David Pozen reuniu um instrutivo material atestando que, nas últimas décadas da história jurídica dos Estados Unidos, a transparência divergiu dos valores progressivos mais amplos, como igualitarismo ou melhoria social por meio da ação estatal (Pozen descreve isso como *desvio ideológico*).⁴² Apesar de a transparência ainda ser proclamada como instrumento para melhorar procedimentos e erradicar condutas indesejáveis, em muitas esferas políticas, o ideal de transparência tem sido cada vez mais integrado às agendas que buscam reduzir o impacto das regulamentações e aumentar as opções da iniciativa privada. À medida que se dá um arrefecimento em noções como participação e espírito público, a transparência vai se tornando o argumento para agendas libertárias inte-

⁴² David Pozen. “Transparency’s Ideological Drift”. *Yale Law Journal*, n. 128, 2018.

ressadas em promover um governo menor, menos invasivo e menos influente. A evidência de Pozen para a situação norte-americana também pode ser generalizada para outros contextos: sem dúvida, nos discursos contemporâneos, a transparência elevou-se ao status de uma espécie de norma pós-ideológica. Como Byung-Chul Han apontou, “ela poderia ser facilmente encarada como uma ideologia que, como todas as ideologias, [...] tem um núcleo positivo que foi mistificado e tornado absoluto”.⁴³

O Iluminismo representou amplamente noções de progresso epistêmico, social e moral para o projeto de conhecer a si mesmo e lançar luz sobre os motivos pessoais próprios e os impulsos mais profundos, porém, além disso, para a promessa de acessibilidade universal, para o esclarecimento dos movimentos e das relações

⁴³ Byung-Chul Han. *The Transparency Society*. Stanford: Stanford University Press, 2015. [Ed. bras.: *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.]

ocultas e, de forma ainda mais abrangente, para a luta contra todos os processos que ocorrem a portas fechadas e que, portanto, se veem sob suspeita de servir a interesses particulares. A transparência parece ser o último remanescente da herança iluminista europeia, depois de seus questionamentos ambivalentes ao longo do século 20. A luz solar é o melhor desinfetante, disse o famoso juiz Louis Brandeis.⁴⁴ Mais recentemente, o fundador do Wikileaks, Julian Assange, deixou isso ainda mais claro: acesas as luzes, os ratos desaparecem (*lights on, rats out*).⁴⁵ Embora existam boas razões para listá-la no catálogo de valores que formam as solicitações básicas formuladas pelo Iluminismo (emancipação, autonomia, universalidade, tolerância etc.), a transparência também ocupa

⁴⁴ Louis D. Brandes. “What Publicity Can Do”. *Harper’s Weekly*, v. 58, n. 2974, 1913, p. 10.

⁴⁵ Julian Assange, no documentário de Alex Gibney, *We Steal Secrets: The Story of WikiLeaks*, de 2013.

uma posição peculiar: por um lado, entre essas demandas, ela talvez seja a mais intimamente ligada ao projeto iluminista como tal (mesmo que apenas pela sua origem semântica, relacionada à óptica e à clareza); por outro lado, provavelmente é a única que nunca foi submetida a nenhum questionamento completo durante o século 20.

Max Horkheimer e Theodor Adorno argumentaram que o Iluminismo é caracterizado por uma dialética inerente, mas não abertamente declarada, em sua relação com o mito. Em *Dialética do esclarecimento*,⁴⁶ os dois autores descreveram o Iluminismo como o projeto de um *Entzauberung* geral, ou desencantamento, com o objetivo de voltar à plena realidade e às coisas como elas são, despojadas de projeções míticas, da ruína da fantasia, e substituir a imaginação pelo conhecimento.

⁴⁶ Max Horkheimer e Theodor Adorno. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

No entanto, enquanto tenta extirpar o mito, o próprio Iluminismo cria um mito, o da história como progresso sem fim, que violentamente se consolida. Escrita sob a impressão imediata da Segunda Guerra Mundial, a *Dialética do esclarecimento* denota uma profunda desilusão com os ideais reguladores do Iluminismo. O programa de uma pacificação geral a partir do uso livre da razão – a “paz perpétua”, à qual Kant dedicou seu famoso ensaio – parece ingênuo no contexto histórico dos extremos de violência do século 20: assinado em nome do pacifismo, o Tratado de Munique de 1938 representou não tanto o fim de uma guerra como o anúncio de seu início. Quando confrontadas com a ascensão do fascismo, as democracias liberais atingiram seus limites autoimpostos ao procurarem decidir se a tolerância deve ser aplicada também às opiniões que buscavam abolir os princípios dessas democracias. De acordo com uma famosa frase

atribuída postumamente, Voltaire teria declarado que, embora pudesse desaprovar (ou dela discordar totalmente) a posição de seu oponente, ele defenderia até a morte seu direito de dizê-la. No entanto, toda democracia atinge um paradoxo interno quando confrontada com os inimigos da liberdade, na medida em que não pode admitir inimigos que a revoguem como tal. O mesmo vale para as reivindicações da universalidade: esse princípio tão central à racionalidade do Iluminismo caiu em descrédito no curso dos movimentos de descolonização, quando se tornou óbvio que a universalidade havia funcionado como ponto crucial nos discursos expansionistas das potências coloniais europeias. Por último, mas não menos importante, a ideia de auto-legislação, inerente ao conceito de indivíduo autônomo, tornou-se muito menos agressiva nesses tempos de autoempreendedores (Mi-

chel Foucault), que administram a si próprios como recursos e como ativos de investimento.

Em contraste com esses princípios fundamentais do Iluminismo, que começaram a luzir com ambiguidade, a transparência percorreu o passado praticamente intacta; quase parece ter usurpado o espaço conceitual cedido por outros princípios, estes cada vez menores. Agora permanece como o ideal que deve satisfazer as promessas não cumpridas dos outros. Hoje, a transparência parece fundamentalmente *não dialética*, desprovida de qualquer aspecto externo negativo e, como tal, irrestritamente positiva. Numa sociedade governada pelo paradigma da transparência, a própria transparência representa o ponto cego; quando acabou por absorver outras formas de crítica, não resta mais nada de exterior a partir do qual ela possa ser criticada. Acumulou-se a evidência de que os efeitos dos regimes de transparência muitas vezes geram o oposto do que proclamam,

como o fato de esses regimes com frequência favorecerem argumentos demagógicos para agradar e lisonjear o público, excluindo argumentos que talvez sejam mais sinceros, embora menos aceitáveis.⁴⁷ Além disso, eles quase nunca restauram a confiança: é muito difícil que a transparência como medida de construção da confiança seja eficiente. Pesquisas recentes feitas em países da Europa Ocidental mostraram que a transparência é antes de tudo um fator de higiene: ela não contribui necessariamente para níveis mais altos de confiança. Em alguns casos, eventualmente diminui ainda mais a pontuação de confiança geral como resultado de decepções após a divulgação dos procedimentos internos do governo.⁴⁸ Como

⁴⁷ Simone Chambers. “Behind Closed Doors: Publicity, Secrecy, and the Quality of Deliberation”. *Journal of Political Philosophy*, v. 12, n. 4, 2004, p. 393.

⁴⁸ Stephan G. Grimmeliikhuijsen e Albert J. Meijer. “Effects of Transparency on the Perceived Trustworthiness of a Government Organization: Evidence from an Online Experi-

Otto Bismarck supostamente observou – e essa observação também é tópica nesse contexto –, as leis, como as salsichas, deixam de inspirar respeito se não sabemos como são feitas. Mais importante ainda: os regimes de transparência sugerem uma neutralidade duvidosa em que os procedimentos não influenciam os conteúdos.

DA UNIVOCIDADE À PLURALIDADE: UMA PERSPECTIVA CUBISTA

Algumas conclusões preliminares podem ser esboçadas. Em uma era supostamente pós-ideológica, é revelador que o valor mais alto e incontroverso seja um princípio que parece regular apenas a forma, e não o conteúdo, das interações sociais: um princípio que se propõe neutro, enquanto impõe uma moralidade a ambas as esfe-

ment. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 24, n. 1, 2014, pp. 137-57.

ras, a pública e a privada. Escritórios *open-plan*, reality shows, edifícios corporativos de vidro, computadores pessoais em caixas translúcidas, confissões on-line, cozinhas de restaurantes em que a comida é preparada à vista do público – há muitas dicas de que a transparência é a maior obsessão do nosso tempo. No cenário de uma análise mais detalhada da semântica histórica da transparência, no entanto, a proclamação de um novo transparentoceno e o tipo de explosão de transparência prevista por Daniel C. Dennett e Deb Roy parecem questionáveis: a variedade de coisas abordadas pela palavra-chave dificilmente mascara sua polissemia. Quando tanto líderes políticos quanto dissidentes, CEOs corporativos e hacktivistas defendem em comum o valor da transparência, as bases dessa fusão consensual começam a fazer água, e aqueles que suspeitam de práticas contínuas de *openwashing*⁴⁹ podem

⁴⁹ *Openwashing* refere-se às práticas que aparentam promover fonte aberta e acesso livre, mas são estratégias de marke-

ter razão. Como ideal irrestritamente positivo, é difícil criticar políticas de transparência, sob o risco de que se suspeite de defesa de objetivos regressivos. Contra aqueles que castigam o novo narcisismo da geração das mídias sociais, muitos de seus atores consideram um movimento libertador a capacidade de se expressar de forma irrestrita em blogs e perfis on-line. Por assim dizer, a exposição passou de um panopticismo repressivo para uma forma voluntária de auto-exposição; embora poucos possam questionar a existência de algo como um *poder expositivo*, muitos consideram que, em vez de combatê-lo, ele deve ser desviado para os interesses próprios.⁵⁰ Tirar selfies se torna um novo meio de criar subjetividade.

ting através das quais a lógica dos bens patrimoniais permanece intacta. (N. E.)

⁵⁰ Bernard E. Harcourt. *Exposed: Desire and Disobedience in the Digital Age*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2015.

A melhor resistência organizada tem ocorrido principalmente em nome da privacidade e na defesa dos direitos individuais. Essa perspectiva, em que o direito de ser deixado em paz derivaria de uma prerrogativa pessoal inalienável, pressupõe, no entanto, que as fronteiras entre público e privado estejam traçadas de uma vez por todas, o que muitas lutas políticas têm contestado (por exemplo, afirmações feministas de que o privado é político, ou a luta contra o estupro conjugal), sem mencionar a presunção de que a identidade seja uma questão de propriedade pessoal, precedendo as interações sociais do indivíduo. Enquanto lutam contra a vigilância e a exposição involuntária, os defensores da privacidade muitas vezes caem na armadilha de um *transparentismo* ao reverso, ao transformar a identidade pessoal em domínio totalmente sob a supervisão do indivíduo. Por um lado, há as alegações do Facebook de que seria imoral ter mais de uma

identidade; por outro, a defesa da privacidade torna-se o argumento para uma imunização contra a comunalidade, as identidades compartilhadas e as preocupações transversais. Como resultado disso, os regimes de transparência geralmente levam a um aumento da segmentação e da compartimentação, em que a farsa da visibilidade total reduz significativamente a maioria dos prospectos de ação e das perspectivas de mudança. De forma paradoxal, em vez de provocar uma transformação, a transparência gera conformidade. Enquanto tais reducionismos revelam uma obsessão por identidades unívocas, estáveis e imóveis, uma investigação sobre as aspirações históricas associadas à transparência chama atenção para outros aspectos, marginalizados.

A obstinação na transparência foi há muito tempo postulada a partir de noções de superposição, traspassamentos e permeabilidade. Em vez de acenar com a perspectiva de

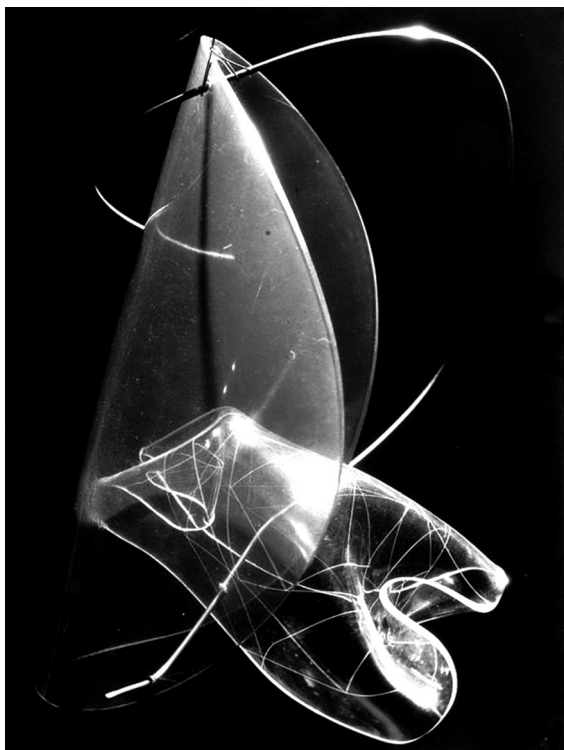
uma coincidência final com as próprias coisas, a transparência passava a significar a contabilização de realidades dissonantes, mas sobrepostas. Muitas vanguardas artísticas trabalharam com materiais transparentes, mas sua ênfase ainda estava nas interseções plurais e em interconexões dinâmicas. Pinturas cubistas de Georges Braque, Juan Gris ou do primeiro Pablo Picasso experimentaram o princípio de representar em uma única superfície pontos de vista simultâneos impossíveis a um objeto. Na arte construtivista soviética de El Lissitzky ou Alexander Rodchenko, linhas, planos e superfícies criam um espaço virtual de objetos que se sobrepõem e recuam. Na Bauhaus, artistas e arquitetos brincaram com as qualidades flutuantes de materiais permeáveis, como o vidro e o celofane. Entre outros, o artista húngaro László Moholy-Nagy realizou experimentos transmídia com luz, cor e espaço, modulando a translucidez de várias

maneiras, combinando projetores de luz, móveis, fotogramas e esculturas tridimensionais de acrílico. A própria questão da transparência, como explica o artista, não é fixar o olhar, mas, ao contrário, pôr a visão em movimento, como expressa o título de seu livro.⁵¹ O artista eventualmente começa não apenas a sobrepor os planos semitransparentes, como no construtivismo soviético, mas a distorcer os planos termoplásticos aquecendo-os, criando complexas formas côncavas e convexas com cambiantes relações espaciais, porque as formas captam parcialmente a luz ambiente.

⁵¹ László Moholy-Nagy. *Vision in Motion*. Chicago: P. Theobald, 1947.

Em seu livro *Space, Time and Architecture*, o amigo de Moholy-Nagy, Siegfried Giedion, fez a famosa justaposição da construção Bauhaus em Dessau com a *Arlésienne* de Picasso sugerindo que o espectador estava na presença de efeitos de transparência que enfatizavam simultaneamente a qualidade de ver-através e o papel do meio de suporte.⁵² Em outras palavras, esse cubismo analítico contesta a dissociação total entre meio e conteúdo, enfatizando a pluralidade de pontos de vista. Em sua análise clássica, *Transparency, Literal and Phenomenal*, os teóricos da arquitetura Colin Rowe e Robert Slutzky puseram em evidência como, ao lado da transparência literal, há uma transparência fenomenal que remete a objetos enfileirados, vistos uns através

⁵² Siegfried Giedion. *Space, Time, and Architecture: The Growth of the New Tradition*. 2. ed. Cambridge: The Harvard University Press, 1949, pp. 426-7.



Space modulator [Tranparency Plus!], de László Moholy-Nagy, 1940.

dos outros.⁵³ Em vez de entidades totalmente iluminadas, mas isoladas, os experimentos com materiais diáfanos, celofane, plexiglás e planos de cores indicam identidades mais ambíguas, caracterizadas pela interpenetração e por uma dialética de primeiros planos e planos de fundo oscilantes. A perspicaz definição de György Kepes, em *Language of Vision*, pode ser invocada:

Se alguém vê duas ou mais figuras se sobrepondo, e cada uma delas reivindica para si a parte comum sobreposta, então é confrontado com uma contradição de dimensões espaciais. Para resolver essa contradição, deve-se assumir a presença de uma nova qualidade óptica. As figuras são dotadas de transparência; isto é, elas são capazes de se interpenetrar sem

⁵³ Colin Rowe e Robert Slutzky. "Transparency: Literal and Phenomenal". In: B. Hoesli (org.). *Transparency*. Basileia/Boston/Berlim: Birkhäuser, 1997 [1964], pp. 21-56.

*a destruição óptica uma da outra. A transparência, no entanto, implica mais do que uma característica óptica, implica uma ordem espacial mais ampla. Transparência significa: a percepção simultânea de diferentes localizações espaciais. O espaço não apenas recua, mas flutua em uma atividade contínua. A posição das figuras transparentes tem um significado equívoco, visto que cada figura é enxergada ora como mais próxima, ora como mais afastada.*⁵⁴

Consequentemente, essa transparência não se refere tanto a um objeto único e genuíno, mas a situações de sobreposição parcial e penetração cruzada, necessitando de lugar para que se deem ordenações e hierarquias alternadas no espaço, significados diversos e

⁵⁴ György Kepes. *The Language of Vision*. Chicago: Theobold, 1944, p. 77.

entendimentos plurais. Como Moholy-Nagy explica em *Vision in Motion*:

*As sobreposições superam as fixações de espaço e tempo... Elas transformam insignificantes singularidades em complexidades expressivas; banalidades em vívida iluminação. A qualidade transparente das sobreposições frequentemente sugere também transparência de conteúdo, revelando despercebidas qualidades estruturais no objeto.*⁵⁵

⁵⁵ Moholy-Nagy. Op. cit., p. 210.



L'Arlesienne, de Pablo Picasso, 1911-1912.

Vale a pena lembrar esse outro sentido de transparência, tal como foi desenvolvido pelas vanguardas artísticas da arte moderna. Em vez de sugerir uma falsa unidade, a superposição de planos diferentes permite que surjam inconsistências, sobreposições parciais e congruências, mas também que se misture e reordene o que é considerado significativo ou insignificante. Em primeiro lugar, essa superposição torna possível recuperar um senso de transparência que não exclui a possibilidade de conflito. Em vez de apresentar a transparência como um horizonte em que os conflitos e os interesses seriam finalmente superados, esses experimentos em transparência tornam evidente como a própria neutralidade é o resultado de uma neutralização. E eles inspiram uma compreensão crítica da transformação individual e social, na medida em que a polissemia e o duplo sentido não são apenas indicações de falsidade e dissimulação, mas si-

nalizam entradas múltiplas, assim como abrir passagens onde parecia não haver nenhuma.

Consequentemente, o autorretrato de Hajo Rose de 1930 pode ser lido de uma nova maneira: além da perspectiva surpreendente de um eu vítreo em uma era de vigilância, como costuma ser entendido, o autorretrato deve ser considerado novamente em seu contexto original, o de uma experimentação fotográfica com exposição múltipla. Se a estrutura de grade da arquitetura Bauhaus em Dessau, construída por Gropius, e seus radiadores característicos brilharem no rosto do artista, isso pode ser entendido como um ato de pertencimento e como um ato de fé em uma estética construtivista e em seu princípio de diáfanidade, isto é: em toda aparência artística, a construção subjacente brilha, como se quisesse obter uma transparência total e definitiva.

Essas observações não se restringem ao campo da estética, longe disso: elas também

são instrutivas para reunir um senso diferente de transparência no contexto da existência pessoal e social. Para começar, a análise dos efeitos de transparência na arte destaca a importância do enquadramento. Qualquer forma de transparência fenomenal requer certas molduras, assim como uma vidraça não é irrestritamente transparente, mas apenas dentro de determinada moldura. Até o momento, as intervenções específicas do enquadramento quase nunca são analisadas quando se trata de enquadramentos psicológicos, morais e sociais. Além disso, determinado quadro estabelece uma continuidade óptica entre as coisas seguidas, mas também ressalta, sobrepondo-as visualmente, suas interconexões imprevistas. A polissemia da transparência, que a história de um conceito tão denso traz à luz, também aponta para uma pluralidade inerente e irreduzível do fenômeno que supostamente descreve. Transparência não se refere

apenas ao imediatismo irrestrito e autocoïncidência, fenomenalmente falando, ela representa situações em que as coisas são vistas em superposição, evidenciando que suas fronteiras não necessariamente coincidem.

Assim como nós mesmos somos entidades acessíveis através de múltiplas entradas, a existência social tem a ver com a sobreposição de domínios, interesses e campos, com uma pluralidade interna de significado que requer transações, negociações e revisões. Além do sonho de continuidade total e unicidade, por um lado, e o sonho de total segmentação e privatização da vida e seus domínios, por outro, esse entendimento alternativo da transparência aponta para a interpenetração inevitável, o emaranhamento e as sobreposições de nossas existências. Para além da busca neurótica por obter identidades inconfundíveis, unívocas e inabaláveis, abrir espaço para a existência de forças conflitantes, e às vezes contraditórias,

é uma maneira de abrir espaço para possíveis transformações, já que, onde há sobreposições, o que passa a ser renegociado são os limites inconstantes do sentido.

ACERVOS E REPRODUÇÃO DAS IMAGENS

Hajo Rose, p. 23

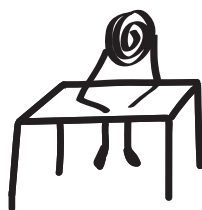
Autorretrato de Hajo Rose, Sem título (Autorretrato com fachada de Dessau), 1931. Coleção Thomas Walther.

László Moholy-Nagy, p. 91

Space Modulator [Transparency Plus!], 1940 33.7 × 25.4 cm.
Coleção privada. Foto: Milton Halberstadt.

Pablo Ruiz Picasso, p. 96

L'Arlesienne, 1911-12, Oléo sobre tela, 71.3 x 54 cm.
Coleção privada.



EMMANUEL ALLOA é professor de Estética e Filosofia da Arte no Departamento de Filosofia da Universidade de Fribourg (Suíça) desde 2019. Foi professor visitante na Universidade San Nicolás de Hidalgo (México), na Universidade Federal de Minas Gerais e na Internationales Kolleg für Kulturtechnikforschung und Medienphilosophie (IKKM) da Bauhaus-Universität, Weimar.

Autor de vários livros e numerosos artigos que articulam filosofia continental, estética e teoria social, Alloa tem contribuído para a renovação dos estudos da imagem.

Entre suas recentes publicações destacam-se: *Penser l'image III: Comment lire les images* (2017); *Das durchscheinende Bild* (2018); *Partages de la perspective* (2020). No Brasil, publicou *O corpo da imagem, a imagem do corpo* (2022) e organizou o volume *Pensar a imagem* (2015).

Como editor, coeditor e tradutor, publicou uma dezena de volumes, incluindo a antologia *Bildtheorien aus Frankreich* (Munique, 2011) e os três volumes da série *Penser l'image* (Dijon, 2010-2017). Em 2016, Alloa foi contemplado com o Prêmio Latsis e, em 2019, com o Warburg Wissenschaftspreis.

AUTORES DA PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

Assim como Jean-Christophe Bailly, acreditamos que o ensaio tem vocação aventureira, talento para abrir picadas em mato fechado, disseminar indícios e ser também um gênero da resistência à redução do impensável no pensado, o não dizível no escrito.

Adriano de Freixo

Ana Bernstein

Antoine Berman

Anton Vidokle

Aurora Rebelo

Beatriz Galhardo

Bernard Noël

Bernardo Brayner

Boris Groys

Caterina Preda

César Aira

Ciprian Vălcău

Evelyn Grossman

Ezequiel Zaidenweg

Federico Nicolao

Felipe José Lindoso

Genevieve Fraisse

Guilherme Bianchi

Guilherme Gontijo Flores

Helena Katz

Hito Steyerl

Jacques Derrida

Jean-Christophe Bailly

Joanna Zylińska

João Adolfo Hansen

Julio Bressane

Karl Erik Schollhammer

Katia Muricy

Laura Erber	Victor da Rosa
Lionel Ruffel	Wendy Brown
Luísa Buarque	Zoy Anastassakis
Luz Stella Cáceres	
Marcel Cohen	
Marcia Sá Cavalcante	
Schuback	
Maria-José Mondzain	
Mariano Siskind	
Naoki Sakai	
Pascal Quignard	
Pedro Erber	
Pietro Erber	
Raúl Antelo	
Renan Ji	
Roberto Simanowski	
Rodolfo Caesar	
Rodrigo Turin	
Rodríguez Cáceres	
Sabeth Buchmann	
Sophie A. de Beaune	
Tamara Kamenszain	

2022 © Emmanuel Alloa

© Zazie Edições

Todos os direitos desta edição são reservados à Zazie Edições e Produções Culturais. A versão digital desta obra é livremente disponibilizada no site da editora e pode ser compartilhada de forma gratuita.

Nesta edição a grafia foi atualizada segundo o Acordo Ortográfico em vigor no Brasil desde 2009, embora a Zazie resguarde aos autores o direito à escolha.

Este ensaio foi originalmente publicado sob o título “Transparency: A Magic Concept of Modernity”, no livro *Transparency, Society and Subjectivity: Critical Perspectives*, em 2018. Direitos gentilmente cedidos pelo autor.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laura Erber

EDIÇÃO

Laura Erber

Luciana Gattass

Maria de Andrade

TRADUÇÃO

Alexandre Brasil

PREPARAÇÃO

Angela Vianna

REVISÃO DE TEXTO

Cecilia Andreo

PROJETO GRÁFICO

Maria Cristaldi

ADAPTAÇÃO DE PROJETO GRÁFICO

Anderson Junqueira

DIAGRAMAÇÃO

Tebhata Spekman

zazie

Zazie Edições e Produções Culturais

Zazie Sharing Knowledge for Democracy

r. Goethe, 5 / 301 - Rio de Janeiro / RJ – 22.281-020 - Brasil

Jagtvej 111 - c.2.14 - København - 2200 – Denmark

zazie@zazie.com.br

www.zazie.com.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Alloa, Emmanuel.

A441n Um novo TransparecentoCeno? / Emmanuel Alloa;
tradutor Alexandre Brasil. – Rio de Janeiro, RJ: Zazie Edições, 2022.
112 p. : il. ; 11 x 16 cm – (Pequena Biblioteca de Ensaios)

Título original: Transparency: A Magic Concept of Modernity
ISBN 978-87-93530-50-8

1. Controle social. 2. Liberdade de informação. 3. Teoria
da transparência. I. Brasil, Alexandre. II. Título. III. Série.

CDD 303.33

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Bibliotek.dk

Dansk bogfortegnelse-Dinamarca

Este livro foi editado em abril de 2022, durante a Guerra da Rússia contra a Ucrânia, entre a cidade do Rio de Janeiro e Budapeste.

Foram utilizados a fonte Adobe Garamond Pro, o papel Pólen Bold 90 g/m² e a gráfica Trio.